



Uma vida miserável e cheia de riscos: é nesse meio que se busca o ouro.

# Arrancando ouro. E enterrando nossas matas e nossa fauna.

Só no ano passado, foram registradas 23 toneladas de ouro, o equivalente a 400 milhões de dólares. Uma fortuna, mas veja quanto isso custou: centenas de conflitos entre mineradoras, garimpeiros e índios, com dezenas de mortos. Matas arrasadas e rios poluídos pelo mercúrio, com a destruição de milhares de peixes. Áreas indígenas invadidas e nada menos que 19% do território nacional bloqueado em nome da mineração. Enquanto isso, outros 450 milhões de dólares em ouro deixavam o País, contrabandeados.

Marcos Maron, economista do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), resume: "Não se faz mineração sem poluição. O que pode ser tentado é reduzir o dano. Há de se analisar o interesse social em relação às divisas para o País. Ou isso ou o meio ambiente".

A opção do governo tem sido pelas divisas: só em 1986 foram retiradas 23 toneladas de ouro, o equivalente a 400 milhões de dólares. Um dinheiro, no entanto, quase insignificante se fosse usado para amenizar os prejuízos causados por esta mesma exploração ao "interesse social" e ao meio ambiente — conflitos com índios, assassinatos e agressões à ecologia com as escavações, contaminação de rios e peixes pelo mercúrio e até pela construção de cidades sem qualquer infra-estrutura.

O pior: os problemas continuam em 87 e não é provável que sejam resolvidos a curto prazo. O Código de Mineração tem falhas. E ainda não há uma definição se a figura do "crime ecológico" será adotada pelos constituintes. Se for, os danos causados pelos mineradores ao meio ambiente seriam considerados crimes ecológicos?

O lucro em dólares de 86 foi pequeno se comparado aos prejuízos causados pela exploração do ouro. E se comparado também ao que realmente foi retirado do subsolo — o próprio governo admite que pelo menos 34 toneladas saíram clandestinamente do País.

A questão social é mais preocupante: entre janeiro de 85 e agosto de 86 houve 64 situações de conflito, 25 homicídios dolosos e dezenas de casos de desaparecimento de garimpeiros. Foram invadidas terras indígenas, também com a ocorrência de mortes e conflitos — ainda este mês, na região de Couto Magalhães, Roraima, foram registradas pelo menos oito mortes (quatro índios ianomânis e quatro garimpeiros).

### O Código de Mineração

O meio ambiente, entre tudo isso, a cada ano vai ficando mais comprometido. Rios são assoreados, a água contaminada pelo mercúrio. Morrem peixes e contamina-se a fauna e a flora vizinhas. A paisagem é destruída. Proliferam doenças como tuberculose e malária.

— Esta situação perdurará enquanto não for revisto o Código de Mineração — afirma Gerônimo Albuquerque, ex-presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e autor do livro "Em busca de ouro". Em sua opinião, o código atual protege as mineradoras: "Para elas, conseguir propriedade sobre qualquer região do País, é fácil. Basta um simples requerimento junto ao DNPM. A partir daí, durante três anos, prorrogáveis por mais dois, ela detém a posse da área para pesquisa. Depois é só pedir

a concessão de lavra. Assim, a terra, que é da União, passa a ser propriedade das mineradoras. Os donos do garimpo, de sua parte, sabendo que ali há ouro, fomentam as invasões.

E não são poucas as áreas na mão de mineradoras como Mineração Morro Velho (do grupo Anglo Americano e Bozzano), Mineração Novo Astro, Companhia do Vale do Rio Doce e British Petroleum (que a partir deste mês, em Cabaçal, no Mato Grosso, começará a extrair ouro, cobre e prata).

O livro "Quem é quem no subsolo brasileiro" feito pela diretoria de planejamento do CNPq, possui pesquisa feita entre as empresas extratoras de todo tipo de mineral que aponta: em 24 de outubro de 86, encontravam-se registradas no DNPM 60.720 áreas distintas do subsolo brasileiro, correspondendo a uma superfície de 1.624.555 quilômetros quadrados — 19% de todo o território brasileiro. As autorizações de pesquisa respondem por 50% do total em quilômetros quadrados. Os pedidos de pesquisa, por 49%, e a concessão de lavra, ou seja, a efetiva exploração, responde por apenas 1% de todas áreas.

O estudo ressalta que os pedidos de pesquisa — detentores de cerca de 812 mil quilômetros quadrados —, conforme o artigo 16 do Código de Mineração, bloqueiam as áreas requeridas: "A precedência de entrada de requerimento de pesquisa no protocolo do DNPM constitui direito de propriedade do requerente, bloqueando a área até decisão do DNPM, que não tem prazo determinado para sua análise", diz o artigo.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste (onde há maior concentração de ouro), respectivamente 28% e 18% da área total está bloqueada. O Amapá está com 57% de sua área reservada, seguindo-se Rondônia com 47%, Pará com 39% e Roraima com 53%. Maron, assistente do departamento de economia mineral do DNPM, diz que, em todo o Brasil há 79 áreas lotadas com mais de mil ocorrências de ouro.

### Invasões

Enquanto não houver uma organização ou zoneamento das áreas para ação dos garimpeiros e mineradores, os conflitos continuarão. Esta é a conclusão de Albuquerque, que aponta aí o outro lado da questão: O Código de Mineração marginaliza o garimpeiro, que aparece como um indivíduo isolado usando técnicas rudimentares. Segun-

do ele, a situação mudou muito: "hoje existe o empresário do garimpo, que investe na mecanização do trabalho, explora o garimpeiro e é o maior fomentador de invasões".

— Não se leva em conta — observa — a mecanização do trabalho garimpeiro que se deu logo após o boom da exploração aurífera, em 80, com o descobrimento de Serra Pelada e o incentivo do então ministro das Minas e Energia, Cesar Cals. "Surgiram sistemas hidráulicos, bombas de sucção, tratores, caminhões, balsas, aviões e nenhum cuidado com o ambiente." Tudo isso incentiva os conflitos e o contrabando de ouro.

Marcos Maron fez um estudo em Serra Pelada: em 83 havia 80 mil trabalhadores, mas a renda do ano ficou nas mãos de apenas 1% desse total. Atualmente calcula-se a existência de 300 mil a 600 mil garimpeiros atuando no País, principalmente na região amazônica. Um envolvimento de pelo menos três milhões de pessoas, segundo cálculos de Albuquerque, todas expulsas de suas terras devido à atividade industrial e à urbanização.

E em cada ponto que os garimpeiros "estacionam", do dia para a noite, formam-se arremedos de cidades sem estrutura urbana. "Isso gera problemas de saúde e impacto violento junto ao meio ambiente", explica o geólogo. "Além disso, há o uso indiscriminado do mercúrio que, além de chegar a provocar a morte dos trabalhadores — no sangue de 18 pessoas examinadas na Bacia do Drixás, em Goiás, foi encontrado mais de 6mg/100g de mercúrio, quando o índice normal é de 2,1mg/100g —, contamina rios, flora e fauna. Se toda esta atividade fosse organizada, se houvesse um zoneamento, poderiam ser criadas cooperativas entre os garimpos. Também poderia se dar assistência técnica de forma a minimizar os males provocados".

E é isso o que a Conage espera da Constituinte. Para tanto, em abril passado, enviaram proposta de emenda ao Congresso.

### Impacto ambiental

O geólogo não deixa de apontar, porém, a ação das mineradoras também contra o meio ambiente: "A política de mineração não se dá conta do mal que provoca à ecologia. Vão surgindo mineradoras (e aqui ele se refere a todo tipo de extração), mas não há um estudo prévio dos impactos ambientais".

Desde o ano passado, através de Resolu-

ção 001/86 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) exige-se, antes da realização de qualquer obra, um Rima — Relatório de Impacto Ambiental. No entanto, nem por isso Albuquerque mostra-se otimista: "A Conage contesta a validade destes Rimas. Eles não passam pelo parecer da população e não são consultadas as entidades que realmente poderiam avaliar o impacto".

Maron, do DNPM, vê as coisas sob outro aspecto. Garante que a preocupação com o meio ambiente existe. Tanto que, de acordo com ele, no DNPM há o departamento ambiental que analisa os impactos que a ação e as obras das mineradoras podem causar no meio ambiente.

A atuação deste departamento, porém, é, no mínimo, falha. Um exemplo: a experiência desastrosa que a extração de bauxita, feita pela Mineração Rio do Norte, causou no lago da Batata, devastando florestas no vale do rio Trombetas, município de Orizimíná, no Pará. Durante 14 anos a empresa lançou os rejeitos da lavagem da bauxita diretamente no lago — 1,5 milhão de toneladas anuais — transformando suas águas em lama vermelha e depois secando o lago.

Somente no ano passado, após denúncias da população e da imprensa local, é que se resolveu procurar uma solução. Agora a Mineração do Rio Norte começou projeto para encerrar o lançamento dos rejeitos no lago. Isto demorará de um a cinco anos. Despoluir suas águas, no entanto, ninguém sabe quanto tempo demorará nem se realmente será tentado.

### Conflitos

Conflitos entre garimpeiros e mineradoras não faltam: em Rondônia, no município de Guarajá Mirim, 10 mil garimpeiros e a Mineradora Geopala disputam uma área de 100 quilômetros ao longo do rio Madeira. No ano passado, em Minas Gerais, município de Alta Floresta, a Companhia Mineradora Porto Estrela parou suas atividades devido às invasões. A história da disputa se repete em Calçoene, no Amapá, entre garimpeiros e a Mineradora Novo Astro. O município de Senador José Porfírio é cenário de conflitos no Pará. O quadro também é grave em Poconé, Mato Grosso. Aí a questão é o fecha-não-fecha dos garimpos que comprometem a qualidade ambiental do Pantanal Mato-grossense.

Garimpeiros e mineradoras não tiram

os olhos das áreas indígenas. Maron confirma a existência de requerimentos de pesquisa nestas áreas. Não cita, porém, em que locais nem quantos seriam, mas garante que até agora nenhum foi autorizado. No entanto, dados do Centro Ecumênico de Documentação e Informação apontam que na primeira metade de 86 havia 1 mil 732 requerimentos para a exploração de 77 áreas indígenas na Amazônia. E Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão Parque Yanomani, acredita que pelos menos 2/3 da área desta tribo (um total de 9 milhões de hectares) estão sendo requeridos pelas mineradoras.

— Isto é uma grande ameaça para os Yanomani — observa. — Gerará a exploração do trabalho do índio e talvez até seja a consequência da aceleração das invasões dos garimpeiros para criar um fato consumado antes de chegarem as mineradoras.

### Constituinte

Cláudia mostra-se preocupada com a situação da tribo. São cerca de quatro mil índios espalhados em comunidades de 70 a 200 pessoas pela fronteira do Brasil com Venezuela. "É o último povo deste tamanho que mantém suas características e, por isso mesmo, a ecologia. Mas eles estão constantemente ameaçados pelos garimpeiros que trazem doenças e destroem seu meio ambiente."

As invasões das terras Yanomani começaram em Surucucu, na época da construção da Perimetal Norte. Repetiram-se em 85. De lá para cá, segundo Cláudia, 50% dos índios morreram pelo sarampo e até hoje sofrem consequências pela contração de doenças venéreas. Ela explica: "São populações isoladas, e por isso facilmente contaminadas, pois não têm imunidade para as doenças não índias".

As invasões que, pelos cálculos de Cláudia, começaram no início dos anos 80 resultam atualmente na atuação de pelo menos seis mil garimpeiros nas áreas de Ericó — onde, apesar da atuação de equipes médicas, os índios estão morrendo de malária —, rios Novo e Apiauí, Mucajá e Serra da Moxidade.

Agora está sendo invadida a Serra do Couto Magalhães, que faz parte do sistema Parima divisa entre Brasil e Venezuela e onde há maior concentração de Yanomani. Estas invasões provocaram este mês a morte de quatro índios e quatro garimpeiros. E a situação de acordo com Cláudia ainda está muito tensa. Segundo órgãos de segurança de Roraima, a tribo prepara outra investida para daqui a 15 dias.

Reverter todo este quadro confuso e incontrolável, segundo Maron, depende do encerramento dos trabalhos da Constituinte. Então o Código de Mineração poderão ser modernizados.

Cristina R. Durán